

TECNOLOGIA / Empresa prepara corte de cerca de 5 mil funcionários para sustentar investimentos bilionários em inteligência artificial e infraestrutura

Microsoft troca empregos por IA

» PEDRO JOSÉ*
» CAETANO YAMAMOTO*

A Microsoft prepara uma nova rodada de demissões como parte da estratégia para equilibrar os elevados investimentos em inteligência artificial (IA). Segundo o Business Insider, cerca de 5 mil funcionários devem ser desligados nas próximas semanas, o equivalente a menos de 2,5% da força de trabalho global da empresa, que soma aproximadamente 220 mil empregados.

Os cortes devem atingir principalmente as áreas de vendas, consultoria e Xbox, em meio à reestruturação da divisão, e fazem parte do plano para conter os custos crescentes com data centers, chips e infraestrutura de IA. Antes dessa nova rodada de demissões, a Microsoft lançou um programa de aposentadoria voluntária para funcionários mais antigos nos Estados Unidos. Em julho de 2025, a empresa já havia demitido 9 mil pessoas, o equivalente a 4% da força de trabalho na ocasião.

Segundo Pedro Manoel, professor do curso de engenharia de software do Centro Universitário Uniceplac, a redução do quadro de funcionários reflete uma mudança de estratégia, e não uma crise financeira. De acordo com o especialista, a companhia busca direcionar recursos para um setor considerado prioritário diante dos elevados custos da nova tecnologia. “A Microsoft não está sem dinheiro, ela está mudando a direção do navio”, afirmou.



Em julho de 2025, a empresa já havia demitido 9 mil pessoas

Manoel explica que manter sistemas de IA exige investimentos elevados em infraestrutura, principalmente em data centers, energia e chips de alto desempenho, o que levou a empresa a reduzir despesas em áreas tradicionais, como vendas de software e Xbox.

Ao mesmo tempo em que reduz custos em áreas consideradas menos prioritárias, a Microsoft aumenta sua aposta na inteligência artificial com o lançamento da Microsoft Frontier Company, nova unidade operacional voltada à implementação de soluções de IA para clientes corporativos.

A divisão receberá um investimento inicial de US\$ 2,5 bilhões e contará com uma equipe de aproximadamente 6 mil especialistas e engenheiros, responsáveis pela adoção das ferramentas de IA já desenvolvidas pela companhia em empresas de diversos setores.

A medida ocorre em meio ao avanço da disputa entre as gigantes de tecnologia. Recentemente, a Amazon Web Services anunciou um investimento de US\$ 1 bilhão para ampliar sua divisão de implementação de IA baseada no modelo Forward Deployed Engineering. OpenAI e Anthropic também expandem iniciativas

semelhantes, intensificando a concorrência no mercado corporativo de inteligência artificial.

O cientista da computação e pesquisador em inteligência artificial da Universidade de Brasília (UnB) Marcelo Carboni Gomes avalia que a combinação entre demissões e novos investimentos bilionários em IA faz parte de uma mudança estrutural no modelo de negócios das grandes empresas de tecnologia.

Segundo ele, os cortes indicam realocação de recursos para áreas consideradas estratégicas. “Atividades repetitivas, com menor potencial de crescimento ou que podem ser automatizadas tendem a perder espaço. Em contrapartida, cresce a necessidade de profissionais altamente especializados em inteligência artificial, infraestrutura, segurança, arquitetura de software e consultoria”, explicou.

Para o pesquisador, a Microsoft concentra os investimentos em IA para ampliar a produtividade das empresas, de olho no mercado mais promissor da próxima década. O professor afirma que o aporte de US\$ 2,5 bilhões é compatível com a complexidade da implementação dessas soluções em grandes organizações.

De acordo com Gomes, o desafio vai além dos modelos de IA e envolve infraestrutura, segurança, armazenamento de dados, integração com sistemas legados e mão de obra especializada. O especialista compara o momento ao início da computação em nuvem, quando os investimentos bilionários também geravam questionamentos.

Reorganização de custos

Para o Head de Inovação da GlobalTech, Anderson Garcia, demissões e investimentos em IA refletem uma reorganização de custos. Segundo ele, a empresa reduz despesas permanentes com pessoal enquanto direciona recursos para uma aposta estratégica de longo prazo.

“A Microsoft já demitiu cerca de 15 mil funcionários em 2025, com uma nova rodada de cortes esperada, e, mesmo, assim suas ações acumulam queda de quase um quarto desde janeiro, sinal de que o mercado não estava satisfeito só com corte de custos, queria ver a empresa ‘resolver’ a equação da IA”, destacou.

Segundo Garcia, a IA tende a substituir funções operacionais e administrativas, mas também cria empregos especializados em implementação, integração e gestão de mudanças, ampliando a concorrência com consultorias tradicionais.

“Harmonia total é otimismo, mas eliminação total de emprego humano também não é o cenário mais provável no curto prazo. O que se vê é realocação, com perda líquida em algumas funções e criação em outras, normalmente em ritmo mais lento que o das demissões”, afirmou.

Para Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos, os cortes na Microsoft refletem a reorganização das big techs diante do avanço da inteligência artificial, em um movimento que, segundo ele, não é inédito. “No ano passado, o corte foi ainda mais pesado, com 15 mil vagas encerradas em apenas dois meses”, disse.

Lelis afirma que a tendência vai além da Microsoft. Segundo ele, a consultoria Challenger atribuiu quase 88 mil demissões à IA nos Estados Unidos em 2026, superando o total registrado em todo o ano anterior.

Segundo ele, a pressão vem dos investimentos em infraestrutura. Neste ano fiscal, a Microsoft deve destinar cerca de US\$ 190 bilhões à IA, quase 60% mais que no período anterior. “Trata-se de uma realocação de custos para pagar a conta da inteligência artificial, somada a um problema pontual de um negócio que já é maduro, e não necessariamente de um investimento em IA sem retorno”, acrescentou.

*Estagiários sob a supervisão de Rafaela Gonçalves

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Cadê as propostas?

Para um país com a 10ª maior economia do mundo, e que seria a 5ª maior se tivesse mantido a mesma participação no produto global de 1980, é irritante assistir ao noticiário sobre os dois candidatos à frente das pesquisas — ambos também no topo da lista de rejeição.

Um anuncia programas para beneficiar os mais pobres, como o vale-gás e contas de luz subsidiadas, isso depois de governar por quase 17 dos últimos 23 anos, da universalização do Bolsa Família (maior programa de transferência de renda do mundo) e do baixo desemprego. Duas décadas sem erradicar a pobreza extrema exigem reflexão.

Outro faz campanha em Washington, como se dependesse do humor de Donald Trump para se eleger, enquanto se distrai com as confusões em seu próprio grupo político e busca uma explicação satisfatória para a revelação de que foi outro político (eles são muitos, da direita à esquerda) a receber o apoio dadivoso do pica-reta do Banco Master.

Nada disso tem a ver com as razões às quais o eleitor deve ater-se ao estudar os candidatos a presidente, deputado, senador e governador — todos também na moita, como se não estivéssemos à mercê da mais profunda transformação tecnológica, econômica e até existencial, diante da ameaça climática e dos tambores de guerra. Não se assistiu a nada igual desde o fim da Segunda Guerra, em 1945.

Delas derivam, pela resistência à mudança de grupos de interesse, em geral econômicos e políticos, a decadência dos partidos tradicionais na Europa e nos EUA, a ascensão da direita radical e a sensação de insegurança, tudo como expressão de um sistema terminal.

A periferia global, na qual se inserem os países emergentes como o nosso, tem margem de manobra limitada, especialmente se ficou para trás na corrida tecnológica, especializou-se como exportadora de commodities para as potências hegemônicas (leia-se: EUA e China) e está presa à armadilha da busca de estabilidade fiscal.

Se há algo que deveria provocar discussões acaloradas, o fim do mundo como o conhecemos está no topo das prioridades. Para o Brasil, não se trata de se alinhar aos EUA, aproximar-se da China, acusar adversários de fascistas ou comunistas, brigar por banheiros sem distinção de sexo, achar normal uma corte suprema impor regras aos órgãos públicos como se fosse uma teocracia de sábios. Menos!

Movimentos de ruptura

A agenda que importa está no que fazer com os dois movimentos que impactaram a ordem estabelecida no Ocidente: a ascensão da China e de seu capitalismo de Estado avantajado e sem limites como fábrica do mundo; e o vício da financeirização das empresas, levando-as a obter cada vez mais seus lucros atuando como agentes financeiros.

Isso não é discussão apenas para EUA, Alemanha, França e Espanha, mas também para potências médias que, até os anos 1980, estavam à frente da China e da Coreia do Sul em produção industrial, além da Índia, cuja expansão começou depois e tende a levá-la ao 3º lugar em tamanho de PIB. A essa altura, candidato sem proposta sobre o que podemos fazer para reaver o tempo perdido é apenas mais um em meio às irrelevâncias.

Estão saindo estudos e livros tratando exatamente disso. Uns focam os EUA; outros, a Europa, mas todos trazem roteiros para países não alinhados às potências dominantes. Lê-los já é um começo.

Um texto interessante trata do “Novo Capitalismo de Estado” nos EUA, mostrando, em tom de denúncia, a participação do governo em empresas de tecnologia ou de interesse para a “segurança nacional”, nos moldes do que faz a China. E fizemos isso quando o desenvolvimento não era conceito maldito e o orçamento público se prestava mais ao investimento em segmentos de retorno lento e não à farra da nobreza do funcionalismo, da política eleitoral e de grupos privados.

Referência: *A New State Capitalism: Why the U.S. Government's Increasing Involvement in Business Deals Is Undermining Our Democracy*. Publicado no Substack Persuasion, por Dalibor Rohac, pesquisador sênior do American Enterprise Institute.

A economia do bem comum

Mais instigante é o novo livro da economista italiana radicada na Inglaterra Mariana Mazzucato, fundadora do Instituto de Inovação e Propósito Público da University College London. Ela já esteve no Brasil algumas vezes e assessora vários governos, ricos e pobres.

The Common Good Economy: A New Compass (“A Economia do Bem Comum: Uma nova bússola”) traz um roteiro para um contrato social renovado entre empresas, trabalhadores e Estado. “Devemos ir além da mera correção das falhas de mercado e passar a redefinir o objetivo”, ela diz. “O ‘quê’ e o ‘como’ importam”, com base no tólos da pólis de Aristóteles. “Se não há propósito nem direção, então que diabos estamos fazendo?” Boa pergunta. O que os políticos têm a dizer?

O livro dissecou pesquisa dos balanços das 300 maiores empresas não financeiras de capital aberto da Europa, de 2000 a 2024. O capital foi abundante e barato, e os lucros, elevados. Mas o investimento, a produtividade e os salários estagnaram. “O principal obstáculo ao crescimento não foi o preço da mão de obra, mas a alocação de capital”, ela explica. Nos EUA, a leitura é a mesma, e é isso que Trump tenta reverter, em um raro consenso bipartidário.

O que Mazzucato diz já foi ouvido de expoentes da academia nos EUA e de políticos republicanos e democratas. “Quando os lucros das maiores empresas são cada vez mais direcionados para recompra de ações, dividendo e ativos financeiros, em vez de para produzir e inovar, o resultado é um crescente custo social do capital mal direcionado.” Essa é a diferença mais visível em relação à China.

A prova dos candidatos

Para o Brasil, a lição é direta. Não há progresso se o capital escapa para o rentismo, nem Estado forte quando o orçamento serve a corporações, emendas e privilégios. O que falta é direção: missões nacionais capazes de amarrar crédito, compras públicas, pesquisa, energia, defesa, infraestrutura, IA, indústria e formação de quadros técnicos, tudo com metas verificáveis e monitoramento externo.

O candidato que ignorar esse roteiro está pedindo voto para gerir a decadência. Queremos saber como fará o investimento voltar para atividades produtivas; quais setores terão prioridade; o que será exigido como contrapartida de quem receber incentivo público; como reformará o Estado para entregar resultados; como vai obrigar os interesses acomodados a participar da reconstrução do país.

O resto é ruído de marqueteiro. Não há soberania frente a Pequim e a Washington se não tivermos capacidade produtiva, tecnológica, financeira e estatal. Um Plano 2027–2030 precisa nascer daí: não de promessas, mas de escolhas. Quem quiser governar o Brasil deve saber responder: qual é o projeto? Quem paga? Quem entrega? Quem fiscaliza? Que país teremos em 2030, ao fim do mandato? Sem isso, não há proposta. Há apenas políticos procurando emprego.

ADEMI

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 05/07/2026

Informativo do mercado imobiliário

Reaquecido, financiamento imobiliário com recursos da poupança reforça expectativas positivas para o mercado

Dados divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) trazem boas notícias para o mercado imobiliário e reforça a expectativa de melhoria continuada do ambiente de negócios para os próximos meses: o crédito imobiliário com recursos da poupança voltou a crescer, confirmando o apetite do comprador dos segmentos de médio e alto padrões. Em maio, as operações de crédito alcançaram R\$ 17,17 bilhões, segundo melhor resultado registrado para este mês na série histórica da entidade.

O volume de financiamento subiu 1,1% em relação ao mês anterior e, no acumulado dos cinco primeiros meses de 2026, tais operações somaram R\$ 76,5 bilhões, um acréscimo de 23,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A pesquisa da Abecip apropria dados do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado ao financiamento de imóveis acima de R\$ 600 mil.

A Abecip também mostra a recuperação no volume de recursos da poupança que

podem ser aplicados nos financiamentos do SBPE. Em maio, a captação da poupança ficou positiva em R\$ 2,3 bilhões, resultado positivo quando comparado a 2025, quando foi registrado saldo negativo de R\$ 128,6 milhões.

Tais dados são relevantes como termômetro do mercado imobiliário nacional, especialmente por traduzirem o reaquecimento de uma fonte de recursos que vinha demonstrando sinais de esgotamento. A caderneta de poupança é um funding tradicional e importante para a aquisição da casa própria, cuja viabilidade fora impactada pelo aumento da taxa Selic, objeto de reduções consecutivas nos últimos meses.

Essa combinação de fatores – queda dos juros e aumento da captação da poupança – beneficia diretamente o cidadão que sonha com a casa própria, especialmente famílias da classe média que ainda enfrentavam desafios para adquirir seu imóvel. Esse é um público que ainda demanda habitação no Distrito Federal, que pode estar mais perto dessa conquista.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf